

A DISTRIBUIÇÃO SEMÂNTICA ENTRE SUBSTANTIVOS DEVERBAIS EM –ÇÃO E –MENTO SEGUNDO A GRAMÁTICA DAS CONSTRUÇÕES

Janderson Lemos de Souza (UFRJ)

Em nosso projeto de doutorado – em curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro, filiado ao Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português (NEMP), sob a orientação dos professores Maria Lúcia Leitão de Almeida e Carlos Alexandre Gonçalves – enfocamos a formação de substantivos a partir de verbos e a convivência entre formações em –ção e –mento a partir do mesmo verbo, como em *salvação / salvamento, monitoração / monitoramento, requisição / requerimento*... Nossa proposta de explicação para a não-incidência do bloqueio (ARONOFF: 1976) é a especialização semântica entre as formas. Assumimos que nominalizações a partir do mesmo verbo não passam por extensão de sentido uma vez criadas, e sim que nascem semanticamente especializadas. Desta forma, temos que a razão de ser da dupla nominalização é que cada substantivo verbal supre uma lacuna semântica no léxico; preservamos a noção de bloqueio por seu poder explicativo na teoria linguística, só que não aplicável às nominalizações a partir do mesmo verbo; e situamos a especialização, não no âmbito dos itens lexicais, e sim no das funções dos processos de expansão do léxico, concebidos como operações cognitivas.

Neste espírito, estamos propondo que, em vez de um processo morfológico com funções dentre as quais uma que é semântica, se conceba a nominalização como um fenômeno semântico com consequência lexical, que consiste em concentrar os significados de um verbo em um substantivo ou distribuir os significados de um verbo em mais de um substantivo. A primeira concepção pressupõe um léxico estruturado por processos e regras de formação de palavras sensíveis ao fator semântico. A segunda, um léxico em que “*Words are themselves viewed as constructions, and lexical meaning is an intricated web of connected frames*” (FAUCONNIER & TURNER: 2006: 303). A rede de molduras, por sua vez, é concebida a partir da metáfora, da metonímia, dos mapeamentos, dos espaços mentais e todas as demais operações que a Linguística Cognitiva identifica na cognição e estende à linguagem.

Assim, entendemos os substantivos deverbais como construções nos termos da Gramática das Construções (GOLDBERG: 1995; GOLDBERG: 2006), bem como consideramos adequado tratar do significado dos substantivos deverbais como concentrações ou distribuições dos significados prototípicos e dos significados periféricos dos verbos base e da distribuição semântica dos substantivos deverbais em –ção e –mento a partir da conciliação entre o tratamento proposto por LANGACKER (1987) para a descrição semântica das nominalizações com o tratamento proposto por MARMARIDOU (2000) para a descrição pragmática dos atos de fala.

Ressaltemos que os princípios da Gramática das Construções...

- I. ***The Principle of Maximized Motivation:*** *If construction A is related to construction B syntactically, then the system of construction A is motivated to the degree that it is related to construction B semantically. Such motivation is maximized.*
- II. ***The Principle of No Synonymy:*** *If two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct. Pragmatic aspects of constructions involve particulars of information structure, including topic and focus, and additionally stylistic aspects of the construction such as register. Corollary A: If two constructions are syntactically distinct and S(emantically)-synonymous, then they must not be P(ragmatically)-synonymous. Corollary B: If two constructions are syntactically distinct and P-synonymous, then they must not be S-synonymous.*
- III. ***The Principle of Maximized Expressive Power:*** *The inventory of constructions is maximized for communicative purposes.*
- IV. ***The Principle of Maximized Economy:*** *The number of distinct constructions is minimized as much as possible, given Principle III. (GOLDBERG: 1995: 67-68)*

... se conciliam com os da Linguística Cognitiva na medida em que...

*Grammar involves the syntagmatic combination of morphemes and larger expressions to form progressively more elaborate symbolic structures. These structures are called **grammatical constructions**. Constructions are therefore symbolically complex, in the sense of containing two or more symbolic structures as components. There is no fundamental distinction between morphological and syntactic constructions, which are fully parallel in all immediately relevant respects.*
(LANGACKER: 1987: 82)

No entanto, nem tudo são compatibilidades entre a Linguística Cognitiva e a Gramática das Construções, como às vezes se dá a entender que sejam. Enquanto GOLDBERG (1995: 7) afirma que “a Gramática das Construções é gerativa na medida em que tenta dar conta do número infinito de expressões que são autorizadas pela gramática enquanto tenta dar conta do fato de que um número infinito de outras expressões é expulso ou desautorizado”, LANGACKER (1985: 9) ressalta, quanto à Linguística Cognitiva, que “de especial importância são seu caráter não-gerativo e a indeterminação de seu escopo”.

Em se tratando de princípios que, no plano teórico, orientam os procedimentos de cada uma das correntes, essa oposição assume importância significativa e convida ao cuidado no excesso de compatibilizações. É certo, contudo, que, no mais, avultam as convergências entre a Linguística Cognitiva e a Gramática das Construções. E a convergência que destacamos para o tratamento da distribuição semântica entre os substantivos deverbais em *-ção* e *-mento* é a que identificamos entre o tratamento proposto por LANGACKER (1987) para a descrição semântica das nominalizações com o tratamento proposto por MARMARIDOU (2000) para a descrição pragmática dos atos de fala.

Antes de detalhá-la, observemos que a concepção de nominalização como um processo semântico com contraparte morfológica nos termos em que a estamos propondo indica que a distribuição semântica dos substantivos deverbais se explica a partir da polissemia do verbo-base. Tomemos, por exemplo, o verbo *contar* em FERREIRA (2004):

contar

[Do lat. *computare*, por via popular.]

Verbo transitivo direto.

1. Verificar o número, a quantidade de; computar:

Contando os livros que separara, notou faltarem dois.

2. Fazer entrar como parcela numa conta; levar em conta:

Errei na soma, pois contei duas vezes o nove.

3. Ter, possuir:

Teve bela recepção, pois contava muitos amigos na sua cidade.

4. Marcar, registrar:

O taxímetro contava, já, uma alta quantia.

5. Narrar, referir, relatar:

Contou anedotas picantes;

"já Aristóteles, na *Poética*, fazia a distinção entre o historiador (conta o que aconteceu) e o narrador (conta o que poderia ter acontecido)." (Álvaro Lins, *Literatura e Vida Literária*, p. 224).

6. Ter esperanças de; esperar:

Contava encontrá-la, ao chegar.

7. Propor-se a; tencionar:

Contava sair cedo, e não pôde.

8. Incluir num grupo, numa conta, num total; levar em conta; considerar:

levava três malas de viagem, sem contar uma de mão.

Verbo transitivo circunstancial.

9. Ter de existência ou idade:

Álvares de Azevedo contava, ao morrer, apenas 20 anos;

"Não contava bem Antônio Vieira oito anos de idade, quando em 1615 teve de acompanhar sua

família para a metrópole do Brasil." (João Francisco Lisboa, *Obras*, IV, p. 9).

Verbo transitivo direto e indireto.

10. **Incluir num grupo, numa conta, num total; considerar:**

Sempre o contou no grupo dos amigos.

11. **Narrar, referir-se, relatar:**

Contei-lhe a história por inteiro;

"ela contava-lhe anedotas, e pedia-lhe outras" (Machado de Assis, *Páginas Recolhidas*, p. 7).

Verbo transitivo indireto.

12. **Fazer narração de fato ou acontecimento:**

O viajante contava de suas proezas na África;

"Contavam de mortes e tocaias, de trapaças nas brigas de galo, de falsificações nas contas do armazém." (Jorge Amado, *Teresa Batista Cansada de Guerra*, p. 66).

13. **Ter esperança, confiança em; esperar, confiar:**

Em caso de aperto, conto com ele.

14. **Disponer de:**

"Roma podia fazer aliados, Cartago contava apenas com servidores a preço." (Aquilino Ribeiro, *Os Avós dos Nossos Avós*, p. 79.)

15. **Ter idéia; supor; imaginar:**

Muito malicioso, não conta com a malícia alheia.

Verbo transobjetivo.

16. **Levar à conta de; considerar:**

Conto como um presente o convívio com ele.

Verbo intransitivo.

17. **Fazer contas; calcular:**

"com dez anos, já sabia ler, escrever e contar" (Machado de Assis, *Várias Histórias*, p. 47).

18. **Ter peso, importância; ser ponderável; pesar:**

"era uma opinião que contava, num meio onde tão poucas sugestões úteis podem recolher os artistas plásticos para se orientarem" (Carlos Drummond de Andrade, *Fala, Amendoeira*, p. 239).

19. **Mat. Estabelecer uma correspondência biunívoca entre o subconjunto dos naturais 1, 2, ..., n e (os elementos de um conjunto).** [Pret. imperf. ind.: *contava*, *contáveis*, *contavam*; pres. subj.: *conte*, *contem*, etc. Cf. *contáveis*, pl. de *contável*; *contém* e *contêm*, do v. *conter*.]

É nitidamente um verbo polissêmico. Como tal, cada um de seus significados está disponível para ser nominalizado. O significado 1 é nominalizado no substantivo deverbal *contagem*, como sabe qualquer falante nativo do português. Todavia, profissionais de uma área de Letras costumam referir-se a seu ofício como "contação de histórias". E não poderia mesmo ser "contagem de histórias"! Ou estariam falando de "verificar o número de" histórias (significado 1 – nominalizado em –agem), e não de "narrar" histórias, como pretendem (significado 4 – nominalizado em –ção). A partir do verbo *contar*, forma-se uma família de construções composta por...

contar → *contagem*

contar → *contação*

contar → *conta*

... e o olhar projetivo nos prepara para a possibilidade de...

contar → *contamento*

... ou, quem sabe?...

contar → *contância*

Esse exemplo nos permite visualizar que a concepção de nominalização que estamos propondo se relaciona diretamente com a pressuposição de polissemia do verbo-base como condição necessária, e não suficiente, para que cada significado do verbo-base seja passível de

nominalizar-se em um substantivo deverbal específico. No entanto, não podemos esquecer que os substantivos deverbais, como itens lexicais que são, também são suscetíveis à deriva semântica, ou seja, também estão sujeitos à polissemia. Portanto, temos de levar em conta a polissemia em duas instâncias: a do verbo-base e a do próprio substantivo deverbal.

E isso não é tudo! Há que considerar a **tipologia** do verbo na nominalização de seu(s) significado(s) e a **relação semântica** entre os sufixos que figuram na contraparte morfológica da nominalização e os significados sobre os quais incidem – usando o exemplo acima, se –ção e –agem têm alguma compatibilidade com os significados sobre os quais incidem, ou se a relação entre tais sufixos e os significados do verbo-base é acidental.

A delimitação que fizemos para iniciar essa discussão nos permite, como se verá adiante, retomar duas posições sobre os sufixos na tradição da descrição do português. O caminho até essa retomada começa na constatação de que substantivos deverbais podem ter interpretação verbal ou interpretação nominal:

Nomes deverbais, da mesma maneira que nomes morfológicamente básicos, podem ter uma interpretação nominal ou uma interpretação verbal, dependendo do contexto, conforme podemos observar nos seguintes exemplos:

- (16) a. A ferida inflamou.
b. A inflamação da ferida preocupou o médico. (sentido verbal)
c. A inflamação está doendo. (sentido nominal)
- (17) a. O presidente encerrará o simpósio às 9 horas.
b. O encerramento do simpósio provocará acúmulo de serviço na secretaria. (sentido verbal)
c. Eu só cheguei no simpósio para o encerramento. (sentido nominal)

(BASILIO: 1980: 80-81)

A partir dessa constatação, entendemos que a interpretação verbal é o **significado prototípico** e que a interpretação nominal corresponde a um dos **significados periféricos** das nominalizações. Isso porque a interpretação verbal é a que remete à semântica da classe da base das nominalizações, enquanto a interpretação nominal é a que remete a um possível argumento da classe da base das nominalizações.

Por exemplo, a interpretação verbal de *rompimento* é sempre o ato de romper, que é previsível a partir da classe verbo, como em...

- (1) O rompimento da relação foi um choque para ele.

Já a interpretação nominal de *declaração* em...

- (2) Finalmente, recebi a declaração do meu namorado.

... pode estar ligada ao amor que se espera que o namorado verbalize num dado momento da relação, a um documento que se espera que o namorado apresente, à declaração de imposto de renda – se levarmos em conta somente os SNs que figuram como argumentos consagrados pela cultura (conhecimento de mundo numa perspectiva pragmática) – ou a qualquer coisa declarável – se levarmos em conta os SNs semanticamente selecionáveis como argumentos do verbo *declarar* (conhecimento da língua numa perspectiva semântica). Portanto, a previsibilidade da interpretação verbal nos leva a considerar tal interpretação como significado prototípico, e a imprevisibilidade das interpretações nominais nos leva a considerar tais interpretações como significados periféricos.

Isso posto, podemos, finalmente, detalhar a compatibilidade que identificamos entre o tratamento proposto por LANGACKER (1987) para a descrição semântica das nominalizações com o tratamento proposto por MARMARIDOU (2000) para a descrição pragmática dos atos de fala.

LANGACKER (1987: 207-8) trata da semântica das nominalizações¹ a partir da oposição substantivos contáveis / nomes de massa. Estabelece uma relação semântica entre ser um substantivo contável e significar “*a single episode of the process indicated by the verb stem*” e entre ser um nome de massa e significar o que é “*neither continuous nor bounded in time, being instantiated whenever some instance of the base process occurs*”. Visto que a oposição se aplica a substantivos deverbais, nominalizações como *discussão*, *reclamação* e *lançamento* seriam exemplos de substantivos contáveis, que, como tais, significam episódios – definidos como regiões cognitivas com limite inicial e final –, enquanto nominalizações como *destruição*, *procrastinação* e *esperança* seriam exemplos de nomes de massa, que, como tais, significam regiões não passíveis de delimitação. O ponto fundamental aqui é que a oposição episódio / região não-delimitada como versão cognitiva da oposição substantivos contáveis / nomes de massa pode ser considerada como uma subespecificação da interpretação verbal.

Tal oposição prevê que “*Some nominalizations can of course function in either class*” LANGACKER (1987: 207). Comparem-se, por exemplo, os pares abaixo:

- (3) No meio do jantar, eles começaram a discutir.
- (4) No meio do jantar, eles começaram uma discussão.
- (5) Estamos discutindo um tema clássico em Linguística.
- (6) A discussão deste tema gera enorme controvérsia.

Em (5)-(6), temos *discutir* com aspecto pontual e *discussão* com a semântica “região delimitada”, enquanto, em (7)-(8), temos *discutir* com aspecto durativo e *discussão* com a semântica “região não-delimitada”.

Pretendemos compatibilizar esse tratamento proposto por LANGACKER (1987) para a descrição semântica das nominalizações com o tratamento proposto por MARMARIDOU (2000) para a descrição pragmática dos atos de fala no estudo do significado dos substantivos deverbais em –ção e –mento.

Não é nosso objetivo refazer o percurso da autora, tampouco teorizar sobre atos de fala. Interessa-nos a concepção de atos de fala que a autora constrói à luz da Linguística Cognitiva. E tal concepção consiste basicamente em estabelecer um MCI para atos de fala, que estabelece como prototípicos os atos de fala caracterizados pela **convenção linguística** e pela **instituição sociocultural**, como menos prototípicos os atos de fala caracterizados por **regras interacionais** e a cena cognitiva **ação** como estruturada pela metáfora MOVIMENTO GERADO POR FORÇA INTENCIONAL DE UM OBJETO NO ESPAÇO:

I would like to claim that the human conceptualization of speech acts is reflected in a particular ICM which is defined in the following way: the ICM of speech acts concerns utterances as crucially associated with action. The propositional content that characterizes this ICM reflects their dual nature: first there is an agent performing an action which affects a state of affairs so that the addressee's role is established in a particular way within the framework of socioculturally defined goals of interaction. Thus, the ICM of speech acts is at the same time a model of acting and a model of speaking. (MARMARIDOU: 2000: 209)

Uma leitura que tal concepção admite é que, em vez de um único MCI, os atos de fala resultam da mesclagem (FAUCONNIER & TURNER: 2006) de dois MCIs: um que garante a dimensão ATO (“*model of acting*”) e outro que garante a dimensão FALA (“*model of speaking*”).

¹ Lembremos que, na descrição do inglês, usa-se o termo “nominalização” em sentido mais abrangente na descrição do português. Fenômenos que nós especificamos como formação de nomes de agente deverbais, por exemplo, incluem-se no que eles chamam nominalização (ex.: *teacher, professor, traveller* etc.). E, de fato, são nominalizações, na medida em que são derivações de substantivos a partir de verbos. Porém as tradições gramaticais se distinguem no uso do termo.

Já a relação entre atos de fala assim concebidos e verbos é descrita pela autora em termos de cenas de experiência cognitiva:

Both verbs constituting actions (such as ‘sentence’, ‘bet’, ‘apologize’, etc) and verbs naming actions (such as ‘challenge’, ‘argue’, ‘insult’, etc) evoke socioculturally determined scenes of experience. It follows that the socioculturally identifiability of the acts, as predicted by the ICM, and the socioculturally motivated lexicalization of the acts, which is entailed by the ICM, conventionalize the category at the levels of its definition: its action and its verbal levels. (MARMARIDOU: 2000: 210)

Nestes termos, entendemos que – em suas interpretações nominais – o único substantivo verbal que corresponda à nominalização dos significados de um verbo significa a totalidade da cena cognitiva indicada pelo verbo e que os substantivos deverbais que correspondam a mais de uma nominalização dos significados de um verbo signifiquem recortes da cena cognitiva indicada pelo verbo, dentro do(s) MCI(s) que estrutura(m) atos de fala.

Temos, então, a oposição proposta por LANGACKER (1987) dando conta das interpretações verbais e a noção de cena cognitiva proposta por MARMARIDOU (2000) dando conta das interpretações nominais das nominalizações. Essa conciliação teórica nos permite identificar duas análises possíveis para a distribuição semântica entre os substantivos deverbais em –ção e –mento, que passaremos a examinar.

–ção e –mento como sufixos não-especializados

A primeira análise possível retoma a conclusão de BASILIO (1987) sobre o par *recepção/recebimento*. Diante do fato de que tanto *recepção* quanto *casamento* indicam eventos sociais e de que tanto *recebimento* quanto *reposição* indicam relação com dinheiro, a autora conclui que –ção e –mento não são semanticamente especializados:

Vejam, por exemplo, o caso de recebimento / recepção. Temos duas formas nominalizadas do verbo receber, sendo que uma é de formação mais antiga – provavelmente latina –, como se pode observar pela alteração do radical (...), e a outra formada de acordo com padrões gerais vigentes em português. Estas duas formas exemplificam a questão do uso. Ou seja, teoricamente poderíamos ter apenas uma forma nominalizada para o verbo receber; ou qualquer uma das formas poderia apresentar qualquer um dos significados gerais possíveis com este verbo. No entanto, verificamos que certos significados são expressos com uma das formas, outros com a outra. Assim, por exemplo, o sentido de receber como “ter convidados” pode ser nominalizado pela forma recepção, que passa a indicar o evento: podemos falar numa recepção com muitos convidados. Neste contexto, naturalmente, não caberia recebimento. Já recebimento vai ser utilizado em larga escala como nominalização de receber em referência a dinheiro e mercadoria em geral, caso em que recepção, por sua vez, não cabe. Esse é um exemplo típico de diferença de uso, pois a diferença de significado não pode ser atribuída ao sufixo nominalizador. Isso é fácil de verificar pela existência de formas como casamento, onde, com o sufixo –mento, há o sentido de “evento social”, que havíamos encontrado em recepção; e como reposição, onde, com o sufixo –ção, podemos ter o significado referente a dinheiro ou mercadorias em geral. (BASILIO: 1987: 22 – 23)

A especialização semântica que está sendo rejeitada é a que consiste em atribuir a semântica relativa a dinheiro ou a semântica relativa a evento social exclusivamente a um dos sufixos, numa visão que pretende evitar os problemas decorrentes de uma Morfologia baseada em morfemas, que preserva a idéia de significado como propriedade da forma, contra a qual ANDERSON (1992) se insurge.

Tomemos os seguintes exemplos:

- (7) O aparecimento das obras roubadas da pinacoteca foi um alívio.
 (8) A aparição de Nossa Senhora comoveu os fiéis.
 (9) A requisição para novos materiais tem de ser feita hoje.
 (10) O requerimento de bolsa tem de ser entregue hoje.

A análise que se constrói a partir da não-especialidade dos sufixos permitiria dizer que:

- em (7), *aparecimento* tem interpretação verbal, subespecificada como região não-delimitada;
- em (8), *aparição* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio;
- em (9), *requisição* tem interpretação nominal, como nome do PROCESSO EM QUE SE REQUER;
- em (10), *requerimento* tem interpretação nominal, como nome do DOCUMENTO POR MEIO DO QUAL SE REQUER.

A interpretação verbal pode ser descrita como a prototípica pela regularidade da relação semântica com a classe da base, e a interpretação nominal como a que corresponde a um recorte da cena cognitiva. Neste caso, o recorte seria o dos argumentos à direita do verbo *requerer*, subespecificado ora como um processo ora como um documento.

Essa análise permite, portanto, compatibilizar a conclusão de BASILIO (1987) de que os sufixos –ção e –mento não são semanticamente especializados com a subespecificação da interpretação verbal nos termos da oposição episódio / região não-delimitada (LANGACKER: 1987) e a subespecificação da interpretação nominal nos termos do recorte da cena cognitiva (MARMARIDOU: 2000). Essa descrição da interpretação nominal atualiza, em termos cognitivistas, a noção de listagem (DI SCIULLO & WILLIAMS: 1987) e se concilia com a persuasão de que a regularidade prevalece sobre a irregularidade no léxico (BASILIO: 1980; BASILIO: 1987; BASILIO: 2007) por vincular o recorte da cena cognitiva com a estrutura argumental do verbo-base, em vez de tratá-lo como idiossincrático.

Formulada assim, a primeira análise possível permite:

- Preservar a oposição interpretação verbal / interpretação nominal.
- Manter a oposição episódio / região não-delimitada como subespecificação da interpretação verbal.
- Aplicar a noção de cena cognitiva na descrição da interpretação nominal.
- Vincular o recorte da cena cognitiva à estrutura argumental do verbo-base.

Um esquema desta análise seria:

| VERBO semanticamente: representa uma cena cognitiva pragmaticamente: constrói espaços mentais de acordo com a tipologia e a estrutura argumental | | | |
|--|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| NOMINALIZAÇÃO EM –ÇÃO | | NOMINALIZAÇÃO EM –MENTO | |
| INTERPRETAÇÃO VERBAL | INTERPRETAÇÃO NOMINAL | INTERPRETAÇÃO VERBAL | INTERPRETAÇÃO NOMINAL |

| prototípica | | periférica | prototípica | | Periférica |
|-------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|---|
| episódio | região não-delimitada | recorte da cena cognitiva representada pelo verbo | episódio | região não-delimitada | recorte da cena cognitiva representada pelo verbo |

–ção e –mento como sufixos especializados

A segunda análise possível retoma a conclusão de OITICICA (1926) sobre a história de –ção e de –mento:

ÇÃO – do latim *tione*, composto de *íon* e do *t* característico de particípio passado; designa a acção; exs.: condição, acção de fundar, fundamento; flexão = flecsão, acção de dobrar; confirmação, acção de confirmar; função = fungção (radical *fung*, de *fungi*, exercer) acção de trabalhar. Êsse sufixo toma a forma *são* quando o radical termina em *r*, *s*, *n*, ou vogal; exs.: aversão, percussão (*cus* = *cut*), extensão, prisão, visão, fusão. Tem a forma *sião* em ocasião. (OITICICA: 1926: 129)

MENTO – do latim *mentum* onde formava substantivos neutros de acção, instrumento, serventia, etc.; exs.: casamento, acção de casar; tormento, acção de torcer, atormentar; detrimento, o facto de estragar, prejudicar. A forma plural *menta* gerou alguns substantivos colectivos em português: ferramenta, ferros necessários ao artífice; vestimenta, as roupas especiais de uma personagem; tormenta, turbilhões de pó, folhas, chuva, produzidos pelo vento. (OITICICA: 1926: 155)

A informação de que –ção se filia aos radicais de *perfectum* e –mento ao de *infectum*, demonstrada pela afinidade entre –ção e adjetivos participiais...

- (11) O tom adequado com que ele se dirigiu ao diretor foi decisivo.
A adequação do tom com que ele se dirigiu ao diretor foi decisiva.
O *adequamento do tom com que ele se dirigiu ao diretor foi decisiva.

- (12) A conduta correta impressionou a todos.
A correção da conduta impressionou a todos.
O *corregimento da conduta impressionou a todos.

... torna-se aplicável à distribuição semântica dos substantivos deverbais em –ção e –mento.

Retomemos os exemplos (7) – (10):

- (7) O aparecimento das obras roubadas da pinacoteca foi um alívio.
(8) A aparição de Nossa Senhora comoveu os fiéis.
(9) A requisição para novos materiais tem de ser feita hoje.
(10) O requerimento de bolsa tem de ser entregue hoje.

Pressupondo especialidade semântica em –ção e –mento, diríamos agora que:

- em (7), *aparecimento* tem interpretação verbal, subespecificada como região não-delimitada, e indica uma parte da cena cognitiva representada por *aparecer*, estritamente quem apareceu;
- em (8), *aparição* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio, e indica toda a cena cognitiva representada por *aparecer*, não somente quem apareceu;

- em (9), *requisição* tem interpretação nominal, como PROCESSO EM QUE SE REQUER, caracterizado por alguém que requer, algo que é requerido, uma forma sociocultural e institucionalmente estabelecida para se requer, uma instituição onde se convencionou que é assim que se requer etc;
- em (10), *requerimento* tem interpretação nominal, como DOCUMENTO POR MEIO DO QUAL SE REQUER, preservada a moldura sociocultural e institucional para este requerer, mas sem os outros papéis que ocupariam a estrutura argumental de *requerer*.

Esta análise permite compatibilizar a conclusão de OTICICA (1926) de que –ção e –mento são semanticamente especializados com a subespecificação da interpretação verbal nos termos da oposição episódio / região não-delimitada (LANGACKER: 1987) e estender a aplicação da noção CENA COGNITIVA (MARMARIDOU: 2000) para a interpretação verbal, até agora não previsto. E o recorte da cena, antes localizado na interpretação nominal, passa a ser atribuído ao sufixo –mento, o que implica rever o papel da interpretação nominal como o de por em perspectiva, na nomeação, um aspecto da cena cognitiva representada pelo verbo-base.

Dessa forma, a noção *perfectum* corresponde, em termos cognitivos, à totalidade da cena em –ção, enquanto a noção *infectum* a um recorte da cena em –mento. A especialidade semântica que está sendo aceita não é a que atribui a propriedade *perfectum* a –ção e a propriedade *infectum* a –mento, e sim a que prevê compatibilidade entre –ção e toda a cena cognitiva representada pelo verbo-base e de –mento e parte(s) da cena cognitiva. A compatibilidade gera a especialidade, e isso implica que –ção e –mento são sufixos complementares, e não concorrentes.

Formulada assim, a segunda análise possível também se concilia com a persuasão de que a regularidade prevalece sobre a irregularidade no léxico (BASILIO: 1980; BASILIO: 1987) e supera a primeira por:

- Preservar a oposição interpretação verbal / interpretação nominal.
- Conciliar a oposição episódio / região não-delimitada com a noção de cena cognitiva.
- Aplicar a noção de cena cognitiva na descrição da interpretação verbal e da interpretação nominal.
- Vincular o recorte da cena cognitiva com a estrutura argumental do verbo-base.

Um esquema desta análise seria:

| VERBO | | | | | |
|---|------------------------------|---|--|------------------------------|---|
| semanticamente: representa uma cena cognitiva pragmaticamente: constrói espaços mentais de acordo com a tipologia e a estrutura argumental | | | | | |
| NOMINALIZAÇÃO EM –ÇÃO indicativa de toda a cena cognitiva representada pelo verbo | | | NOMINALIZAÇÃO EM –MENTO indicativa de parte(s) da cena cognitiva representada pelo verbo | | |
| INTERPRETAÇÃO VERBAL | | INTERPRETAÇÃO NOMINAL | INTERPRETAÇÃO VERBAL | | INTERPRETAÇÃO NOMINAL |
| prototípica | | Periférica | prototípica | | periférica |
| episódio | região não- delimitada | perfilamento de um aspecto da cena cognitiva representada pelo | episódio | região não- delimitada | perfilamento de um aspecto da cena cognitiva representada pelo |

| | | | | | |
|--|--|-------|--|--|-------|
| | | verbo | | | verbo |
|--|--|-------|--|--|-------|

Encerremos este artigo por dizer que a segunda tornada possível a partir da conciliação teórica entre o tratamento proposto por LANGACKER (1987) para a descrição semântica das nominalizações com o tratamento proposto por MARMARIDOU (2000) para a descrição pragmática dos atos de fala supera a primeira por permitir a descrição de uma diversidade maior de comportamentos encontrados nos substantivos deverbais em –ção e –mento. Tal diversidade inclui habitualidade/pejoratividade (*bateção, sacação, encheção* etc.), listagem (*casamento, apartamento, ligamento, recepção, aflição* etc.) e recursividade entre os sufixos (*cometimento/ comissão/ comissionamento, provisão / provimento / aprovisionamento* etc.) e parece-nos interferir diretamente na distribuição semântica entre os substantivos deverbais em –ção e –mento da língua portuguesa.

REFERENCIA

- ANDERSON, Stephen. *A-morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1976.
- BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Expressões dar uma x-da: uma verificada informal*. GT Descrição do Português, subgrupo Lexicalização, Encontro Nacional da ANPOLL, Universidade Federal Fluminense, junho de 2000.
- _____. *O papel da metonímia nos processos de formação de palavras: um estudo dos verbos denominais em português*. In: Revista da ABRALIN, vol. VI, nº 2, julho-dezembro de 2007.
- CHOMSKY, Noam. "Remarks on Nominalization." In *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham: Ginn & Co, 1970.
- _____. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger, 1986.
- DI SCIULLO, Anna Maria & WILLIAMS, Edwin. *On the definition of word*. Linguistic Inquiry Monograph 14. Massachusetts: MIT Press, 1987.
- FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. "Conceptual integration networks." In: GEERAERTS, Dirk (Ed.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa, versão 5.11a*. Rio de Janeiro: Positivo, 2004.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- _____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- JACKENDOFF, Ray. "Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon." In: BRIGHT, William *et alii* (Ed.). *Language: Journal of the Linguistic Society of America*, vol. 51, n. 3. Baltimore: Waverly Press Incorporate, 1975, p. 639-671.
- LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

- LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar, vol. 1: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1963 / 1997.
- MACHADO, Mônica de Toledo Piza Costa. *As formações agentivas em português: uma visão otimalista e cognitivista para fenômenos morfológicos*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.
- MARMARIDOU, Sophia. *Pragmatic meaning and cognition*. *Pragmatics and Beyond New Series*, 72, 2000.